



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 69ª  
(SEXAGÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 25 DE AGOSTO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Reguffe a secretariar os trabalhos da Mesa.

Peço a todos os Deputados que se encontram nas dependências da Casa do povo que venham a este plenário para apreciarmos as matérias que estão na pauta no dia de hoje.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 155 - Suplemento, de 28/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 69ª Sessão Ordinária.)

Leitura da atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	2

- Ata da 23ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 24ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 68ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem diz respeito à consolidação, ainda ontem, de uma luta pioneira no Brasil, realizada por esta Casa legislativa – a luta pela aprovação da nossa lei dos concursos públicos. Nós lutamos durante 5 anos, e V.Exa. se lembra disso, pois participou ativamente. Nós tivemos a posição de diversos Parlamentares e ex-Parlamentares, conseguindo aprovar a lei. Não elencarei nominalmente os nomes dos participantes desta luta porque correria o risco de cometer alguma injustiça se esquecesse de citar algum deles.

V.Exa. se lembra de que aprovamos o projeto aqui, depois a Procuradoria do Distrito Federal entrou com uma ação de inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça considerou-o inconstitucional. Após um debate de 1 ano com o Governo, ele decidiu enviar o projeto para cá. A proposição, que chegou ainda no final do ano passado, já está em fase de adequação às normas do nosso projeto para que siga às comissões, agora, sim, com a iniciativa do Executivo.

O Presidente Lula, no mesmo rumo, ainda ontem, por decreto, chancelou diversas dessas normas no plano federal. A maioria dos concursos, é preciso que se diga, está no plano federal. Há muito que fazer, mas, ontem, obtivemos – nós, os concursandos, aqueles que querem um lugar ao sol licitamente, sem apadrinhamentos – uma grande vitória, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Parabéns, Deputado Chico Leite, por encabeçar essa luta em defesa dos concursandos.

Estão presentes 6 Deputados. Há, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que aqui se encontram, nós realizamos, na semana passada, uma audiência pública para discutirmos a questão do Programa Mais Cultura, em que se incluem os pontos de cultura. Na ocasião, foi bem pontuado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	3

que o Governo do Distrito Federal ainda não havia lançado o edital para os pontos de cultura em função de alguns problemas e de alguns questionamentos apresentados pela Procuradoria do Distrito Federal. Imediatamente, marcamos uma reunião com o Sr. Marcelo Galvão, Procurador do DF, e com o movimento, o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura, que estavam presentes à audiência pública, e tentamos resolver o problema do edital. Parece-me que o problema do edital foi resolvido, até porque se exigiu celeridade na medida. E o Governo Federal já aportou por volta de 950 mil reais, referentes à primeira parcela, para o funcionamento dos pontos de cultura. O prazo para que viabilizemos os pontos de cultura no Distrito Federal se exaure no dia 31 de agosto, portanto, na próxima semana.

É preciso que tenhamos claro que, quando foi feito o convênio entre o Governo Federal e o Governo local, houve certa pompa. O Governador do Distrito Federal assinou o convênio, junto com o Ministro da Cultura, para dizer que Brasília não ficaria de fora dos pontos de cultura. Os pontos de cultura são projetos que mostram um Brasil oculto, um Brasil que produz, que tem uma cultura extremamente diversa – talvez a mais diversa de todo o mundo. Quando falamos de cultura, estamos falando de geração de renda, estamos falando de busca de identidade, de construção de subjetividade, para além das mãos que atingem as “almas” e capturam as “almas” do próprio mercado. Estamos falando, inclusive, de uma das mais profícuas políticas de enfrentamento da violência, que – sabemos – vitimiza, basicamente, os nossos jovens neste país.

Grande parte das unidades da Federação já está com os pontos de cultura funcionando. Já deveríamos estar recebendo a segunda parcela, mas o Ministério da Cultura disse que não iria depositá-la, já que nem a primeira parcela foi utilizada. Antes, o projeto era financiado pelo Ministério da Cultura, diretamente com as entidades selecionadas, mas ele cresceu demais e o Ministério da Cultura decidiu descentralizar e deixar a cargo das unidades da Federação ou dos municípios a fiscalização e a implementação das condições dos editais. Os municípios ou as unidades da Federação – aqui, no caso, o Distrito Federal – têm que apresentar a contrapartida dos recursos depositados pelo Ministério da Cultura.

Resolvido o problema do edital, que pensávamos ser o único, recebemos uma informação, na última sexta-feira, de que a questão era um pouco maior. Havia e há a previsão orçamentária para que o Governo do Distrito Federal dê a sua contrapartida e honre a assinatura do próprio Governador. O Governador assinou o convênio, que é muito claro quanto à contrapartida que cabe ao Governo do Distrito Federal. Soubemos que não há financeiro para que se efetivem os pontos de cultura aqui no Distrito Federal, embora haja a previsão, no Orçamento, para que o Governo local dê a sua contrapartida e possamos seguir a “esteira” do conjunto das unidades da Federação, da maioria dos estados deste país, que já têm o seu ponto de cultura. Portanto, parece-me que, caso não se confirme a contrapartida, o financeiro da contrapartida do DF aos pontos de cultura do Governo do Distrito Federal, teremos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	4

uma assinatura falseada. É uma fraude. A solenidade terá sido uma fraude se não se viabilizar a parte do Governo do Distrito Federal que possibilite os pontos de cultura.

Venho aqui, Sr. Presidente, para solicitar a esta Casa, ao conjunto dos Parlamentares e à Líder do Governo, que, imediatamente, possamos estabelecer e efetivar todas as obrigações que cabem ao Governo do Distrito Federal, para que possamos ter os pontos de cultura funcionando aqui no DF. É um absurdo que o Governo do Distrito Federal... O convênio foi firmado em 1º de junho, entre o Ministro e o Governador. É um absurdo que o Governo do Distrito Federal não tenha, até o momento – já se passaram 3 meses –, cumprido a sua parte e honrado a sua assinatura.

Sr. Presidente, venho aqui fazer um apelo para que se viabilize a participação do Governo do Distrito Federal, porque esta cidade precisa de mais cultura, precisa de se incorporar e estabelecer os pontos de cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para dizer à população do Distrito Federal algo que ela já sabe: a Saúde Pública do Distrito Federal vive um verdadeiro caos.

É inaceitável que uma pessoa, com dor, fique 8 horas em uma fila para ser atendida na emergência de um hospital público. Isso é inaceitável. Há denúncias, também, de falta de medicamentos nas farmácias dos hospitais públicos.

Estou apresentando um requerimento formal à Comissão de Educação e Saúde, para que ela inspecione os hospitais públicos desta cidade, para que vá a cada um dos 10 hospitais e os inspecione de forma rigorosa e, após essa inspeção, elabore um dossiê propositivo, não só crítico, com soluções objetivas para o Governo do Distrito Federal. É importante que a Saúde Pública seja tratada como prioridade por este Governo e, também, por esta Casa Legislativa.

Apresentarei o requerimento e espero que a Comissão de Educação e Saúde faça isso e ofereça um conjunto de propostas e sugestões objetivas para que o Governo do Distrito Federal melhore a Saúde Pública ou pelo menos atenuar esse grave problema que hoje sofre a nossa cidade.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, concordo em parte com a intervenção de V.Exa. Em relação à Saúde, é preciso, realmente, apresentar propostas para que a Saúde não permaneça na UTI. Mas discordo de V.Exa. quanto à Comissão de Educação e Saúde ir aos hospitais,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	5

porque constataremos o inevitável, o que é noticiado na imprensa todos os dias, o que a população do Distrito Federal sente na pele diariamente e o que estamos verificando também com a Gripe suína, o H1N1: a completa incapacidade de gerenciamento da Secretaria de Saúde pelo atual Secretário.

O Secretário, inclusive, ficou de nos encaminhar um documento referente à compra de equipamentos para as unidades de terapia intensiva, mas até hoje não nos deu explicações. Eu, pelo menos, não recebi nada. S.Exa. sequer comparece aos fóruns públicos de debate. Não apresenta explicação nenhuma. Há mais de um ano que S.Exa. assumiu a Pasta e, até hoje, o Sr. Augusto Carvalho não mostrou a que veio. Seria melhor que S.Exa. deixasse a Pasta da Saúde e voltasse para a Câmara dos Deputados, pois prestaria um serviço de relevância à sociedade. O Secretário deveria não insistir na Secretaria de Saúde, que não está funcionando. A Secretaria de Saúde colocou médicos para dar atendimento às vítimas dessa nova gripe apenas nos hospitais da Asa Sul e da Asa Norte, como se as regiões administrativas não tivessem necessidade deles, como se as pessoas que procuram o HRAN, o HRAS e o Hospital de Base não viessem de regiões administrativas como Samambaia, Gama, Santa Maria. Terceirizou-se o Hospital de Santa Maria, que recebe mais de 5 bilhões de reais por mês e não atende o público, apesar de ser um centro de saúde maior do que os que existiam anteriormente. Até hoje o Governador não conseguiu implementar o serviço 24 horas que tanto alardeou. O Governo está desativando aqueles serviços que funcionavam 24 horas.

Na verdade, não adianta a Câmara Legislativa e a Comissão de Educação e Saúde apresentarem a Saúde ao Governador como prioridade, porque o Governador Arruda já definiu qual é a sua prioridade: são as obras em todas as cidades. São mais de 1.700 obras, mas a população carece de saúde, educação e segurança pública. Todos os finais de semana são violentos. Então, a Saúde, a Educação e a Segurança continuarão um caos. Por mais que V.Exa. tenha bondade e queira melhorar a Saúde, ela continuará na UTI.

DEPUTADO REGUFFE – Deputado Cabo Patrício, eu agradeço o aparte de V.Exa. Penso que a Saúde pública vive um momento de verdadeiro caos no Distrito Federal, e que é, sim, responsabilidade desta Casa fiscalizar a qualidade de um serviço público. Uma das funções precípuas do Poder Legislativo é a fiscalização do gasto do dinheiro do contribuinte e a fiscalização da qualidade do serviço público. Aliás, o Poder Legislativo moderno é cada vez menos legislador e cada vez mais fiscalizador. Chegará um momento em que haverá leis demais, e não precisaremos fazer novas leis; precisaremos que as leis que já existem sejam cumpridas. Agora, é papel do Poder Legislativo fiscalizar com rigor a qualidade do serviço público oferecido e o gasto do dinheiro do contribuinte. Penso que a Comissão de Educação e Saúde desta Casa tem de ir aos hospitais públicos e fiscalizar a qualidade dos serviços oferecidos, trazendo os problemas e oferecendo um conjunto de propostas objetivas para a solução deles, não só do ponto de vista crítico, mas também do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	6

ponto de vista propositivo. A obrigação desta Casa é fazer as críticas, pois é responsabilidade do Poder Legislativo, e oferecer soluções e propostas objetivas para melhorar a saúde pública do Distrito Federal.

Penso que o Governo realmente não vem fazendo o dever de casa. Em minha opinião, ele vem conduzindo a saúde pública desta cidade de uma forma extremamente deficiente, não só na minha visão, mas na visão de toda a população do Distrito Federal. É papel desta Casa fazer a sua parte e fiscalizar a qualidade do serviço público.

Por isso, o meu requerimento propõe que a Comissão de Educação e Saúde desta Casa visite e inspecione os 10 hospitais da rede pública do Distrito Federal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Reguffe, acho que V.Exa. tem razão. É importante que os Parlamentares estejam sentindo o caos que já sentimos. Todos os habitantes da Capital da República sabem que a Saúde do Distrito Federal está mergulhada em um caos. Mas o que nos causa espécie é o fato de termos 248 milhões da Saúde em uma conta aplicados no mercado financeiro. É como se não houvesse necessidade desse recurso. É um repasse fundo a fundo: Fundo Nacional e Fundo Local, sem considerar os recursos que são carimbados — DST/AIDS e outros — e não são utilizados. Mas, quando falo fundo a fundo, falo de recurso não carimbado, que pode ser utilizado para a saúde como um todo.

O Deputado Cabo Patrício falou sabiamente acerca da questão das UTIs. Eu digo que o Secretário não vai encaminhar para esta Casa as notas fiscais porque elas não existem. Estivemos no Almoxarifado Central e vimos os *kits* de UTIs usados. Perguntamos aos servidores daquele local onde estavam as notas fiscais. Todos os materiais ali têm nota fiscal, mas eles disseram que não há nota fiscal. Parece-me que o Secretário-Adjunto chegou lá e disse para segurar os *kits* de UTIs, pois iriam regularizá-los. Quando estávamos finalizando a visita, chegou o antigo chefe da UAG – Unidade de Administração Geral, aquele que aqui se denunciou ligado à máfia das sanguessugas ou dos vampiros, que tem mais de 200 citações nas gravações da Polícia Federal. Ele disse que tinha saído da condição de chefe da UAG, mas descobrimos que ele continua como consultor especialíssimo da própria UAG. Saiu da condição de chefe da UAG, mas continua na própria UAG. Perguntamos a ele onde estavam as notas fiscais dos *kits* usados de UTI. Ele respondeu que não havia notas fiscais porque se tratava de um empréstimo. Ora, o Secretário-Adjunto da Saúde, Sr. Fernando Antunes, Presidente do PPS, ligou para um amigo, que prometeu emprestar os *kits*. Isso foi falado pelo assessor especialíssimo da UAG, ex-chefe da UAG. Então, perguntamos se iriam terceirizar também a Farmácia Central, pois o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	7

Secretário de Saúde havia dito que iria terceirizá-la, e que ela seria dirigida por uma empresa armazenadora de grãos.

Isso seria cômico se não fosse trágico – porque é trágico. Depois ele nos disse – o que confirmamos – que a Farmácia não será mais terceirizada porque foi concedida dispensa de licitação, e a Procuradoria do Distrito Federal emitiu um parecer, ao qual tivemos acesso porque o solicitamos, que dizia que não pode haver dispensa de licitação.

Veja, Deputado Reguffe, o que o Secretário de Saúde fez: em primeiro lugar, aplicou no mercado financeiro 248 milhões da Saúde e os deixou na conta; em segundo lugar, gastou mais dinheiro com a Real Sociedade Espanhola do que todo o investimento na rede de Saúde, mas nem 10% do hospital estão funcionando, trata-se de um grande ambulatório; em terceiro lugar, iria entregar a Farmácia Central, sem licitação, para uma empresa especialista em transporte de cargas e armazenagem de grãos.

Portanto, Deputado Reguffe, eu diria que não só temos de ir às unidades de Saúde para constatar o que já sabemos e que é noticiado todos os dias pela televisão — tem razão o Deputado Cabo Patrício; temos também de chamar, mais uma vez, o Secretário da Saúde e dizer-lhe que ligar para um amigo de Goiânia, dono de hospital, que doa gentilmente *kits* de UTI usados que não vão ser implementados, é inadmissível. Isso não existe! Parece-me que esse hospital vai tomar conta da UTI do Hospital de Santa Maria, que será quarterizada.

Encerro agora, Sr. Deputado, porque são tantas anomalias, e é tão grande a indignação que sentimos neste momento! Isso significa o povo, significa a vida das pessoas, significa a vida, que está em jogo. Parece-nos que o Secretário de Saúde disse que estava gastando uma determinada quantia para a compra de material de UTI, mas não gastou nada, porque pediu emprestado o material usado, que não pode ser implementado.

Enfim, de irregularidade em irregularidade vai caminhando a Saúde do Distrito Federal, mergulhada num caos, penalizada a população do Distrito Federal. Eu diria que isso é um crime.

Obrigada pelo aparte.

DEPUTADO REGUFFE – Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Concordo com a questão colocada por V.Exa. sobre a aplicação do dinheiro da Saúde no BRB. Considero isso muito grave, até porque a população quer que o dinheiro da Saúde esteja diretamente na ponta, nos hospitais, para melhorar a qualidade do serviço oferecido. Por isso o meu requerimento para que a Comissão de Educação e Saúde saia desta Casa e vá aos hospitais para fiscalizar *in loco* o problema da Saúde pública do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	8

Além do problema orçamentário, há outros, como o gasto, no ano passado, de 140 milhões de reais com vigilância e limpeza. As pessoas se esquecem disso, mas faço questão de lembrá-las: 140 milhões foram gastos com vigilância e limpeza, em vez de serem gastos com a atividade-fim da Saúde, o atendimento à população do Distrito Federal, que deveria ser de qualidade e não tem sido.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, não entendi bem. V.Exa está fazendo uma crítica à Saúde? É isso? À Saúde do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE – Não cabe esse debate regimentalmente, mas eu teria o maior prazer. Eu estou fazendo uma crítica, sim, à Saúde, mas estou fazendo uma proposta, um requerimento para que a Comissão de Educação e Saúde vá aos hospitais, inspecione-os e, inclusive, faça...

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Eu só pedi este aparte, porque culpar o Distrito Federal pela gripe suína é brincadeira de mau gosto. Culpar o Distrito Federal! Aqui houve 1 caso confirmado. Um! E vem aqui o Deputado Cabo Patrício, pede um aparte e fala que o Distrito Federal é uma incompetência etc. Aí não! Está em chiqueiro errado. A gripe suína está em chiqueiro errado. Aqui houve 1 caso confirmado. Tem que se criticar o Governo Federal, que é o Governo do PT, que deu declarações e mais declarações de que no Brasil está tudo tranquilo. "Aqui estamos fiscalizando tudo. Está tudo tranquilo. Aqui não há problema. Aqui está tudo certinho". É uma marolinha, é bobagem. O Governo do PT faz isso. Aí vem aqui no microfone da Câmara Legislativa e chama o Governo do Distrito Federal de incompetente pela gripe. Atxim pro PT! Está no chiqueiro errado.

Isso é que dá Coronel da Polícia Militar se meter em área que não entende. Ele é um Tenente Coronel promovido brevemente. Está se metendo com Saúde. Tem que falar de segurança pública. Os dados estão errados. Um caso de morte até o dia de hoje. E olha o resto do Brasil. Não é nada perto dos outros estados. Não é nada perto do mundo. É isso mesmo. Uma morte para você não é nada. Está tentando matar o Governo do Distrito Federal com essas insinuações.

DEPUTADO REGUFFE – Deputado Geraldo Naves, primeiramente, eu não vou defender o Governo Federal até porque sou um crítico deste Governo, inclusive defendo que o meu partido não seja da base, pois, infelizmente, é. Eu defendo que ele vá para a Oposição. Com relação ao Governo local, o problema da Saúde pública, Deputado Geraldo Naves, conforme eu disse no meu discurso, não é a questão da gripe suína. Aliás, nem me referi a ela em meu pronunciamento. Não sei se V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	9

ouviu. O problema é o péssimo atendimento à população do Distrito Federal nos hospitais da rede pública.

É inadmissível, é inaceitável que uma pessoa esteja sentindo dor e fique 8 horas em uma fila de emergência de um pronto-socorro. É inaceitável que estejam faltando medicamentos nas farmácias dos hospitais públicos como está. Qual é a minha proposta? Que a Comissão de Educação e Saúde saia desta Casa e vá fiscalizar *in loco* os hospitais. Inclusive, para oferecer não só crítica, mas também um conjunto de propostas objetivas, do ponto de vista construtivo, para que o Governo do Distrito Federal melhore a Saúde pública que temos aqui. Por isso a minha proposta é que a Comissão de Educação e Saúde, por meio do requerimento que estou apresentando, saia desta Casa e vá fiscalizar os 10 hospitais da rede pública. Que ela faça uma inspeção, levante os problemas e ofereça esse dossiê, não só do ponto de vista crítico, mas propositivo à Secretaria de Saúde do Distrito Federal para que os problemas sejam consertados, melhorados. É papel de um Poder Legislativo fiscalizar a qualidade do serviço público oferecido. Aliás, é uma de suas funções precípuas.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, quero apenas me associar à sugestão de V.Exa. porque, primeiro, é a nossa obrigação. Segundo, porque a saúde realmente chama muito a atenção. Nós estamos vivendo um momento muito grave no País inteiro, e Brasília não poderia fugir disso. Essa questão precisa ser discutida sem esse viés eleitoral, sem esse viés político. Temos de discutir com mais seriedade, até porque envolve vidas e nós não temos o direito de não fiscalizar o serviço de Saúde que é oferecido e pelo qual, inclusive, a população já paga antecipadamente.

Então, eu quero aqui externar a minha concordância com a proposta de V.Exa. e, mesmo não sendo da Comissão, proponho-me a acompanhá-los porque acho que este é o nosso dever.

Muito obrigado.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, Sr. Presidente, eu quero aqui salientar primeiramente que eu concordo com a questão da Comissão, porque é nosso dever. O Deputado Reguffe é muito lúcido quando faz a proposta, inclusive do ponto de vista propositivo, não somente uma verificação política para se falar, criticar. É muito importante isso. É função da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	10

Câmara. Segundamente, quero salientar que o Deputado Augusto Carvalho, Secretário de Saúde do Distrito Federal, quando esteve nesta Casa, ficou aqui por horas respondendo a perguntas e tenho certeza de que também não vai se opor a isso; pelo contrário, nem o meu partido, o PPS. Quero salientar essas questões.

Está sendo feito um esforço hercúleo para ajudar na questão da Saúde. E eu tenho certeza, Deputado Reguffe, de que a sua proposta vai nesse sentido. Eu acredito que o que é irregular tem que ser apurado em qualquer partido, em qualquer situação. Vide a tristeza que salientei desta tribuna, na semana passada, pelo arquivamento das denúncias contra o Senador Sarney. Então, no Senado, tem que se investigar, pesquisar e punir o que está errado, como aqui também.

Portanto, estou de acordo com a Comissão. Esta Casa tem que ir. Quero elogiar a postura de V.Exa. de trabalhar com uma ação propositiva, não somente reagindo ou buscando indícios para fazer um debate político, mas, sim, um debate da melhoria da Saúde pública do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Cláudio Abrantes.

Para encerrar, eu queria apenas dizer que considero de suma importância que esta Casa vá aos hospitais públicos. Ela não pode se furtar a esse papel da fiscalização rigorosa na Saúde pública do Distrito Federal, como nos outros serviços públicos.

Por último, volto a fazer, desta tribuna, um pedido que já fiz aqui e que, inclusive, já teve o compromisso do Secretário de Saúde, que espero seja cumprido com a maior brevidade. Sugiro que seja publicada na Internet a lista das pessoas que estão à espera de cirurgias. Isso dará transparência, lisura e vai fazer com que o paciente acompanhe a sua colocação, evitando essas interferências políticas de passar alguém à frente. Eu penso que isso será importantíssimo para os pacientes que estão agonizando à espera de uma cirurgia.

Espero, sinceramente, que a Comissão de Educação e Saúde aprove o meu requerimento com a finalidade de fazermos essas inspeções, que eu penso que é dever desta Casa Legislativa, nos hospitais da rede pública do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Parlamentar Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvi atentamente, como sempre recomenda o nosso Deputado de Araguari, Deputado do Barra Pesada, os comentários aqui feitos sobre a Saúde. Não vou entrar em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	11

detalhes, mas negar a situação crítica de atendimento na Saúde é negar a clareza do sol.

Ouvi aqui e, na semana passada, o Deputado Geraldo Naves também falou sobre atendimento. Concordo com S.Exa. quando diz que não se podem comparar as consequências da gripe suína aqui e no restante do Brasil. É verdade, houve uma morte, quando não deveria ter havido nenhuma. Mas quem é que reforça esse ponto de vista? Não estou falando de mau atendimento, não. Estou falando de insuficiência ou inexistência de atendimento, que as emissoras de televisão mostram aí todos os dias.

Ouvi o próprio Governador dizer: “A situação mais crítica que há no meu Governo é a da Saúde”. S.Exa. mesmo disse. Também estou com aqueles que concordam que fazer mais uma comissão para visitar hospital – embora eu entenda os pontos de vista e os posicionamentos – não levaria a quase nada, porque se constataria o que estamos vendo aqui. Não é preciso ir lá. É preciso agir.

Fui Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Deputado Geraldo Naves, na qual havia insuficiência de delegados. E flagrante delito, só delegado pode dar. Quando eu dava em alguns cujo advogado era o Deputado Raimundo Ribeiro – o hoje Deputado –, ele reclamava que demorava para tirar o cliente dele. O que nós fizemos? Fizemos uma central de flagrantes. Todo mundo sabia, todo delegado sabia, todo agente sabia que, se chegasse uma ocorrência, esta seria tratada lá, onde havia não só um, mas vários delegados, vários escrivães, vários agentes etc. O que se está precisando fazer é isto: priorizar o atendimento a essa doença que preocupa a todos. É só uma questão de gestão.

Ouvi um comentarista hoje, Cláudio Humberto, dizer que ouviu que no Hospital de Ceilândia, nesse final de semana, não sei se ontem ou hoje, havia só 1 clínico – 1 clínico! Estou repassando o que ele disse. Ora, na 16ª maior cidade do Brasil em termos populacionais, haver só 1 clínico em um hospital para tratar da gripe suína? Na semana anterior, no HRAN, havia 400 pessoas com sintomas e 4 médicos para atendê-las. Alguma coisa está ocorrendo.

Lá na minha, ou melhor, na nossa Polícia Civil do Distrito Federal, se o delegado de plantão faltar, será substituído por outro. Não tem conversa! A gestão lá funciona a contento. Não se pode tirar plantão sem agente, delegado e escrivão. Então, é uma questão de se priorizar, é uma questão de dar preferência a esse tipo de atendimento.

No entanto, Deputado Wilson Lima, Deputado Geraldo Naves, disse-me um médico hoje que parece haver um boicote branco, na medida em que o Subsecretário de Saúde, o Secretário Adjunto, embora médico, não seria da Secretaria de Estado de Saúde, mas um comissionado. Embora possa ser um ótimo profissional – o Deputado Augusto Carvalho, o qual respeitamos muito pela sua



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	12

história, pode ter toda razão em trazê-lo –, essa situação poderia, sim, estar causando esse boicote.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador) – Sr. Deputado, quando V.Exa. fala do possível boicote por este motivo, ou seja, ser um médico comissionado, é difícil de acreditar, já que o próprio Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal não é da área. S.Exa., apesar de toda a gestão competente que está sendo feita, não é médico. Como José Serra, que foi um excelente Ministro da Saúde e também não era da área.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Raimundo Ribeiro.

Concordo com V.Exa., Sr. Deputado. Estou repassando o que me falaram.

O certo é que há de haver uma medida drástica para que o atendimento seja repostado. A situação não pode continuar como está. Medidas foram adotadas, médicos de algumas instituições, inclusive daquela de que eu tenho origem, estão atendendo. Mas o repórter que eu ouvi hoje dizia o seguinte: “Onde é que estão os médicos, que não comparecem aos plantões?” E eu repito: na instituição em que eu servi, se faltar um, há outro para cobrir.

Então, faço aqui um apelo ao Deputado Augusto Carvalho para que ele adote medidas a fim de que, na cidade do Deputado Wilson Lima, bem como em todas as outras, haja atendimento eficiente e suficiente para aquelas pessoas que padecem dos sintomas da gripe suína.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro e, a seguir, ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria contar com a compreensão de V.Exa. para verificar se nós poderíamos fazer uma incisiva chamada aos colegas que devem estar nos gabinetes, porque nós temos 14 assinaturas e estamos precisando votar, entre outros projetos, um que, se não o votarmos hoje, vamos prejudicar um grande programa social do Distrito Federal, o dinheiro arrecadado no dia do projeto McDia Feliz, que ajuda várias instituições do Distrito Federal. Nós precisamos de 16 votos. Temos 14 assinaturas. Já entramos em contato com outros Deputados que estão a caminho, mas, se os 14 estivessem aqui em plenário, sabendo que iríamos votar, nenhum



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	13

sairia da Casa. Se não o apreciarmos hoje, nós vamos prejudicar o projeto, o que seria, realmente, bem desagradável.

Eu gostaria que, quando o Deputado Raimundo Ribeiro acabar de falar, V.Exa. também fizesse esse apelo, para que todos os 14 que já estão na Casa e que assinaram pudessem vir, porque, com esses, nós podemos encaminhar outras votações.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O apelo da Deputada Eurides Brito está registrado. Repasso-o a todos os Deputados que se encontram nas dependências desta Casa e às assessorias daqueles que ainda não chegaram, para que façam contato com S.Exas. a fim de que venham diretamente para o plenário, porque nós temos matérias essenciais para apreciar, de interesse da população do Distrito Federal. Faço um apelo a todos os Deputados para que venham ao plenário.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que, como a pauta está obstruída, há que haver um acordo de Líderes para que se possa apreciar as matérias.

Quero lembrar V.Exa. disso e dizer que a Deputada Eurides Brito já conversou conosco, como com outros Líderes, e, havendo *quorum* — porque precisamos de 16 votos, na medida em que se trata de benefício fiscal —, há acordo; é um projeto absolutamente consensual. Todos nós, tradicionalmente, votamos, e votamos favoravelmente, porque significa recurso para as crianças acometidas de câncer. Portanto, todos nós estamos de acordo com isso.

Então, Sr. Presidente, quero apenas dizer que há acordo para apreciarmos essa matéria. Conversarei com a Líder do Governo quanto à possibilidade de apreciarmos o veto a uma emenda orçamentária do Projeto Cão-Guia, que precisa ser liberada. Caso contrário, o ano se esvai e, ao se esvaír, inviabiliza também um projeto de grande relevância. Com esses 2 comentários, eu queria mencionar que nós do PT estamos de acordo em apreciar o projeto que trata do benefício fiscal para as crianças acometidas de câncer e sugerimos, se houver acordo, a apreciação do veto parcial a uma emenda do Projeto Cão-Guia.

Deputado Raimundo Ribeiro, desculpe-me. V.Exa. ia começar a falar. Com certeza, V.Exa. trará elementos importantes para a nossa reflexão.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Parlamentar Democrático Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Deputada Erika Kokay, é sempre um prazer ouvi-la. Inclusive, abro mão da palavra para poder ouvi-la, mas, já que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	14

me foi concedida, Sr. Presidente, farei uso da palavra em menos tempo do que o previsto no Regimento Interno.

Domingo, o *Jornal de Brasília* publicou que a TERRACAP anunciava publicamente que não poderia atender ao pedido do Governador José Roberto Arruda para alterar os índices de reajustes das prestações dos imóveis vendidos no Jardim Botânico. Foi o próprio Governador José Roberto Arruda quem solicitou à TERRACAP que oferecesse uma alternativa. A TERRACAP respondeu pelos jornais que não poderia mudar esses índices.

Quero aqui dar o testemunho de que participei ativamente, Sr. Presidente, dessa questão dos condomínios. Lembro-me inclusive da briga enorme que tivemos para verificar qual seria a taxa de juros. Inicialmente, seria X; depois Y. Terminou ficando em 0,25% ao mês, que corresponde a 3,25% ao ano, confirmando o que já acontecia em relação às cooperativas. Sem prejuízo disso, a correção que vem sendo feita adota o chamado IGPM, que, salvo engano, é o maior índice, o que, evidentemente, onera demais os compradores daqueles imóveis.

Em razão disso, proponho a realização de uma audiência pública para que a TERRACAP venha a esta Casa e para que os vários órgãos do Governo envolvidos nisso possam dizer claramente por que não podem mudar o índice. Afinal de contas – faço questão de dizer, porque eu estava no Governo do Distrito Federal –, o que queríamos era resolver um problema social e não arrecadar dinheiro!

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, quero parabenizá-lo pela intervenção na tarde de hoje. Discutimos aqui hoje a saúde e, depois, a segurança, que são temas importantes. Neste aparte que V.Exa. me concede, quero me somar a V.Exa. no que se refere à audiência pública para discutir os preços que a TERRACAP cobrará dos moradores de condomínios em áreas do GDF. Como V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, eu também me surpreendi.

Fazendo um *link* com o fato, há alguns meses, o Presidente Lula pediu que o Banco do Brasil diminuísse os juros. Sem nenhuma explicação maior, um dos dirigentes daquele Banco se contrapôs à determinação do Presidente, eleito pelo povo brasileiro. O membro do Banco do Brasil que não quis diminuir os juros obteve uma resposta logo em seguida: a sua exoneração do espaço que ocupava. Hoje, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal têm os menores juros do País.

Fazendo, portanto, uma comparação com a TERRACAP, cabe ao Governador, que foi legitimamente eleito, determinar à TERRACAP que cumpra a sua determinação, senão o Governador será desmoralizado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	15

Sou favorável a que a TERRACAP cobre o preço justo e não um preço abusivo, que vai lesar, inclusive, os moradores dos condomínios que estão hoje em áreas do Distrito Federal.

Então, somo-me a V.Exa., neste momento, defendendo, inclusive, essa audiência pública. Esperamos que esta Casa dê uma resposta aos moradores dos condomínios. Espero que aqui esteja lotado de moradores no dia em que fizermos essa audiência pública. E que todos os Parlamentares – V.Exa., Deputado Wilson Lima, Deputado Geraldo Naves, Deputado Milton Barbosa, enfim, todos – participem dessa audiência, porque temos o compromisso e o dever de defender os interesses desses moradores que estão em condomínios contra o abuso da cobrança – ilegítima, na minha opinião – da TERRACAP.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu vou só repetir rapidamente o que disse o Deputado Paulo Tadeu.

De fato, é incompreensível, a não ser que ele esteja “lastreado” (*sic*) em alguma norma que não permita mudança de índice, no que eu não acredito. A verdade é que cidadão que obra dessa forma tem de ser demitido, tirado. V.Exa. diz que o Governador recomendou a mudança dos índices, e ele não mudou. Eu repito: se ele não estiver “lastreado” (*sic*) em uma lei que o impeça de fazê-lo, o Governador tem de mandá-lo ir para o resto da fila. A fila anda! Ele não obedeceu ao mandatário maior, que é o Governador. Não dá para entender isso.

Naquela reunião lá, no almoço, eu disse, na minha intervenção: parece que há governos paralelos. Isso é muito ruim.

Somo-me a V.Exa. Já assinei o requerimento de convocação do Taniguchi e dele para virem aqui explicar outra situação. Se fizerem outro requerimento, eu vou assinar com todo prazer, porque ele sequer atende telefone de Parlamentar. Não sei o de V.Exa., porque V.Exa. tem uma ligação mais próxima com o Governador, mas, pelo menos os meus, ele não atende.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Em todo tempo que estou na Câmara Legislativa, é a primeira vez que eu lhe peço um aparte, prova de que seus pronunciamentos são raros, mas de pronta importância.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	16

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Diga-se de passagem que, no último que V.Exa. pediu, V.Exa. queria que eu ficasse olhando para V.Exa., mas merecia uma resposta de que eu ouço com os ouvidos e não com os olhos.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sinal de que V.Exa. é muito bem educado, bem formado. Deputado Raimundo Ribeiro, nós somos amigos, e eu tenho toda a liberdade de fazer essas brincadeiras com V.Exa.

Eu não quero defender. Eu ouvi, mas confesso que não gosto de certas coisas, e há algumas que incomodam.

O Deputado Milton Barbosa é meu amigo há muito tempo, subiu à tribuna e custou a lembrar o meu nome. Deu lapso de memória. S.Exa. me chamou de Deputado de Araguari, de Deputado Barra Pesada, mas não conseguiu falar Deputado Geraldo Naves. É difícil. Os amigos têm o direito de fazer isso. Então, exatamente por essas razões, esses lapsos da memória, é que eu gostaria de defender outro amigo, que é o Presidente da TERRACAP, Antônio Gomes, que é meu amigo, que atende todo mundo com a maior boa vontade, desde quando ele estava no GDF. Ele nunca deixou de atender um telefonema meu. Eu acho que o número deve estar errado, alguma coisa assim, porque acontece de a pessoa ligar e estar com o número errado.

O Deputado Milton Barbosa fez uma cobrança justa, mas eu tenho certeza de que o Antônio Gomes, com a sua habilidade, com o seu carinho, com o seu gesto, que é notado e divulgado por todos, carinhosamente deverá ligar para o Deputado Milton Barbosa e dizer: "Olha, esse é o meu número; agende-o aí". Com certeza, isso deverá acontecer.

O meu aparte se faz nesse sentido. Obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Geraldo Naves.

Para concluir, eu gostaria inicialmente, Sr. Presidente, de dizer que não estou propondo de forma alguma a exoneração do Dr. Antônio Gomes. Pelo contrário, ele é meu amigo e reconheço o trabalho extraordinário que faz à frente da TERRACAP. Mas não discuto pessoas, discuto ideias.

Eu estava ao lado do Governador Arruda, quando, por ocasião da campanha eleitoral, dissemos que iríamos regularizar condomínios. No Governo, tivemos oportunidade de dar início a esse processo. Agora, quando foi discutida a questão dos preços, ficou acertado que não poderíamos nos afastar nunca da questão social, e os moradores não concorreram com culpa. De repente, somos surpreendidos com o aumento das prestações porque se utiliza um índice que me parece que é só para enriquecer.

Então, a nossa proposta é realizar uma audiência pública para que não só a TERRACAP, como também outros setores, possa ter a oportunidade de esclarecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	17

Alguns colegas, até Parlamentares, perguntaram-me se eu não era da base do Governo por fazer uma proposta dessas. Quero dizer que sou fiel a um programa de governo que defendemos, mas não sou fiel a tantos atos que são praticados por algumas pessoas do Governo e que não se coadunam com aquilo que defendemos por ocasião da campanha eleitoral. Eu gostaria de solicitar que esse requerimento fosse votado hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu acato a solicitação de V.Exa. e o incluo na pauta do dia da sessão extraordinária.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria colaborar com o Deputado Raimundo Ribeiro. É importante que o Presidente da TERRACAP venha à audiência pública, até para que saibamos se o Governador Arruda realmente falou sério quando disse que tinha que mudar o índice de correção, ou se fez, como costuma fazer, seu *marketing* de politicagem, ou então se não tem controle nenhum do Governo. Como disse o Deputado Paulo Tadeu, o Presidente da República exonerou um membro do Banco do Brasil. Se o Governador não consegue nem exonerar um membro do governo local, que é o Presidente da TERRACAP, por exemplo, S.Exa. não tem autonomia nem comando no Governo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. não vai responder, não? V.Exa. está na qualidade de Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Estou passando a palavra para V.Exa. ocupar a tribuna.

DEPUTADO GERALDO NAVES – V.Exa., como Presidente, pode responder.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Deputado apenas se solidarizou, Deputado Geraldo Naves, com a proposta da audiência pública.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu me solidarizo com V.Exa. na proposta da audiência pública, mas repudio as palavras do Deputado Cabo Patrício, porque S.Exa. chamou todo mundo de incompetente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Não foi essa a leitura que fiz, Deputado Geraldo Naves.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	18

DEPUTADO GERALDO NAVES – A leitura que fiz foi esta: chamou de incompetente. Chamar de incompetente, não! Todo mundo é incompetente? Em todo aparte que ocorre aqui: “Fulano é incompetente!”

O Presidente da TERRACAP, Antônio Gomes, que é meu amigo particular, virá aqui com certeza. Assino o que V.Exa. está pedindo com o maior prazer. Virá aqui porque não faz nada de errado, é um homem íntegro. Eu tenho certeza de que ele vai responder a isso. Daí dizer que o Governo está praticando o gesto, está isso, está aquilo, que é um governo ilícito, é um governo incompetente, é um governo não sei o quê? Mas o que é isso? Se está fazendo uma requisição, concorde ou não. Não é preciso criticar. Preciso eu dizer que o Governo do PT está com problema sério? Hoje o Lula está dizendo em alto e bom som: “Gente, eu errei com o negócio do pré-sal”. Ninguém fala do erro do homem. Ele erra. Ele tem direito a errar. No Distrito Federal, ninguém tem direito a errar, ninguém pode errar. Eu acho que não vou querer ser Governador, Deputado Reguffe. Cadê o Deputado Reguffe?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – A candidatura de V.Exa. não é sua, é do povo.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Pois é, acho que não vou querer ser Governador com esse negócio de que errar não pode, só pode acertar.

O que eu quero dizer nesse meu comunicado é que primeiro vou voltar a um assunto de que falei na semana passada. Lógico que vivemos, não só no Brasil, mas nessa região nossa do Entorno e do Distrito Federal, uma crise na área da Saúde. Não resta a menor dúvida. Mas também nós temos uma crise na segurança pública com o excesso de presidiários. Hoje, os técnicos penitenciários estão lutando para que uma lei aprovada na Câmara Legislativa não seja derrubada, não se torne inconstitucional, porque senão eles terão que sair, voltarão os policiais civis para lá e muita gente perderá o emprego. Volta tudo, Deputado Milton Gomes — erro seu nome de maneira proposital por vingança, Deputado Milton Barbosa, porque V.Exa. errou meu nome hoje. V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, esteve presente, lutando pelos técnicos penitenciários, juntamente com todos aqueles que estavam imbuídos do mesmo sentido.

Nós vivemos um momento um pouco difícil. O Presidente da República erra. S.Exa. disse: “Eu errei o valor”. S.Exa. pode errar. Ninguém mais pode errar. Todo mundo só tem que acertar. Eu não vi nenhum discurso do nobre Deputado Chico Leite dizendo por que o Presidente da República foi errar no pré-sal. Ele podia ter dito pré-açúcar, mas não podia errar no pré-sal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Deputado Chico Leite, eu citei seu nome apenas porque V.Exa. está muito elegante no dia de hoje. Eu deduzi que V.Exa. faria um aparte. Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	19

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Cearense de origem modesta como eu, sem nenhum aparato estético, tem que fazer um esforço enorme para ficar elegante, Deputado Geraldo Naves.

Eu queria dizer a V.Exa. que eu, na realidade, fico extremamente satisfeito que tenhamos um gestor público, uma autoridade que, quando entenda que errou, admita o erro, porque admitir o erro é o primeiro passo para se acertar. Ruim é o governante que promete e não cumpre. Ruim é o governante que erra e diz que acertou. Ruim é o governante que engana o povo e o faz esperar pelo cumprimento de missões.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Deputado Chico Leite, eu concordo em gênero, número e grau com o que disse V.Exa. Tanta coisa foi prometida pelo Presidente Lula e não foi cumprida. Se voltar a época do mensalão, Deputado Chico Leite, o negócio vai ficar triste: eu não vi, eu não lembro, eu não sei de nada. E o “pau comendo”. Eu não vi, e o povo lá depondo, e o povo do PT caindo. E vem para cá, e vai para lá, e até hoje nada do mensalão. O mensalão merecia uma estátua, que pode ser de bronze para não se gastar muito. Acho até que poderíamos providenciar uma homenagem ao mensalão com o título: O mensalão passou intacto. Isso nós temos que falar aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Informo aos Sr. Parlamentares que a inscrição de oradores para o Pequeno Expediente e para o Grande Expediente da sessão ordinária de quinta-feira será realizada em Planaltina, local da sessão itinerante.

Eu gostaria de convidar o Deputado Leonardo Prudente para ocupar a cadeira que é sua, por unanimidade, na nossa Casa, apesar de eu gostar muito da Presidência.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Passa-se aos  
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento faço aqui uma homenagem ao Deputado Cabo Patrício, pois hoje comemora-se o Dia do Soldado. Todos nós somos soldados da Pátria, mas parabenizo-o porque S.Exa. é o mais diretamente relacionado à área. Hoje, no Dia do Soldado, não tenho conhecimento de nenhuma solenidade que tenha sido feita em Brasília.

Mas, Sr. Presidente, V.Exa. é testemunha de que, numa das reuniões com o Governador Arruda, tomei a dianteira e aconselhei S.Exa. a adotar duas medidas. A primeira sugestão, Deputado Chico Leite, foi revogar a lei que condicionou os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	20

aumentos do funcionalismo à arrecadação. Já naquela ocasião, em uma reunião, eu dizia, como tantos outros, que não precisávamos daquela lei – tanto é verdade que depois dela já foram concedidos vários aumentos. S.Exa. concordou e está adotando o devido encaminhamento para remeter o projeto para cá. A outra lei, cuja revogação pedimos por meio de 2 indicações feitas a S.Exa., assinadas pelos Deputados que votaram as 2 leis, é sobre a criação da Companhia Metropolitana de Trânsito. Em má hora, embora com boa intenção, o Governador foi aconselhado a criá-la, tirando do DETRAN – um órgão que é exemplo no Brasil inteiro – a competência de fiscalizar. Vejo que – todos sabem – a estruturação desse novo órgão acarretaria uma demanda de dinheiro em torno de 12 a 15 milhões de reais. Já na ocasião da tramitação, falávamos que aquilo que o Governo queria, a criação do cargo de fiscal de trânsito, poderia ser feito dentro da carreira de trânsito. E o Governador também aquiesceu. Acreditamos que S.Exa. deve estar enviando para esta Casa um projeto de lei que vem inclusive pacificar os servidores do DETRAN.

Deputado Cabo Patrício, sabe o que ouvi domingo ou sexta-feira? Que o Deputado Fraga, Secretário de Transportes, não concorda com a revogação da lei, quer implantar a Companhia. E o que me assustou foi um dos argumentos que ele utilizou – está registrado, é só pegar a gravação das rádios e ouvir: que a implantação da Companhia traria, inclusive, incremento na arrecadação. Meu amigo, que argumento! Mais um motivo para que o Governador, para pacificar o DETRAN – e tenho certeza de que vai revogar –, encaminhe a revogação dessa lei. Das 2. A primeira, porque é absolutamente desnecessária. E não estou defendendo isso aqui hoje, não. Na do DETRAN fiz uma declaração de voto dizendo exatamente isso. Tenho certeza de que a promessa feita por S.Exa. será cumprida: pacificar o funcionalismo público, que é a origem de quase todos nós, e pacificar o DETRAN. Pelo noticiário já vemos o DETRAN num novo astral.

Sr. Presidente, V.Exa. é minha testemunha e vou chamá-lo para ser testemunha daquilo que o Governador nos prometeu: enviar-nos os projetos de leis para revogarmos as 2 malsinadas leis que só desgaste trouxeram, tanto para o Governador quanto para todos nós. É preciso, mais uma vez, pacificar as categorias funcionais de servidores públicos.

Muito obrigado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada, V.Exa. é a próxima inscrita.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, vou abrir mão da inscrição e por isso peço o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	21

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, está na pauta de hoje, aliás das sessões desta semana, o item nº 15, que trata do problema dos servidores que se convencionou chamar de 14º. Começamos hoje a fazer uma série de reuniões com a participação das lideranças, dos sindicatos e acordamos que o referido projeto não está maduro para entrar na pauta, porque há muitas coisas que precisamos discutir sobre a filosofia, o papel, as funções, o perfil do servidor, as carreiras que se adaptam a determinadas coisas e as que não se adaptam. Então combinamos, inclusive na manhã de hoje, que vamos nos reunir daqui a 2 semanas para primeiro tentar organizar um seminário que vai estudar o problema da carreira do servidor público e tudo isso. Então, peço a V.Exa. que retire da pauta o item nº 15 até que a liderança possa dar um aceno para o retorno do assunto à pauta ou não.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência consulta o Plenário se há objeção com relação à retirada de pauta do item nº 15.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos absolutamente de acordo. Nessa reunião à qual a Deputada Eurides Brito está se referindo – aliás, é muito salutar que tenhamos reuniões com as representações dos servidores, já que o projeto diz respeito a eles, para que possamos amadurecer a discussão – houve muitas polêmicas. É preciso dirimir muitas dúvidas, reconstruir uma série de elementos. E também, Sr. Presidente, há a questão sobre o princípio de premiar, estabelecer metas. Não estamos falando do *Taylorismo* da Segunda Revolução Industrial, estamos falando de serviço público, e o alvo são as pessoas. Portanto, estamos todos de acordo em retirá-lo de pauta para que possamos amadurecer a discussão, não sobre o projeto, mas sobre algo que interessa a todos e todas, particularmente aos servidores e servidoras, que é a excelência do serviço público. Todos estamos preocupados e almejamos isso, particularmente quem está trabalhando. Todo servidor público almeja a excelência e se esforça ao máximo.

Encerro dizendo que, não fosse a excelência dos servidores públicos do Distrito Federal – particularmente os da Saúde –, a Saúde estaria num caos ainda maior do que está hoje. Portanto, o Partido dos Trabalhadores está de acordo com a retirada do item de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Portanto, com a anuência dos Líderes, acato a solicitação da Deputada Eurides Brito e solicito à Assessoria de Plenário que o item nº 15 não figure mais na próxima Ordem do Dia e também na pauta do dia de hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	22

Quero comunicar ao Plenário que, no dia de amanhã, estaremos com a Câmara Mais Perto de Você na cidade de Planaltina, ao lado da Administração Regional. O formato, até que se faça uma rediscussão sobre ele, é este: às 15h, daremos início à sessão; ouviremos as Lideranças até as 16h30, quando iniciaremos as votações. Pedimos à Assessoria de Plenário que pinçasse todas as indicações. Aliás, informo à Deputada Erika Kokay que amanhã, em Planaltina, às 14h, haverá reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Também haverá reunião, no mesmo horário, da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo — só haverá reunião da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo? Eu queria que os coordenadores de comissão chegassem a um consenso e passassem a informação correta para a Presidência, para que possamos informar precisamente se será ou não amanhã. Estou aqui com a programação oficial. Vou, então, informar ao Plenário a programação dos dias 26, 27 e 28.

Dia 26, amanhã, às 10h, palestra com o Administrador da cidade, Deputado Aylton Gomes; às 14h, 5ª reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; às 15h, abertura oficial; às 17h, começaremos a nossa discussão da Ordem do Dia; às 18h30, sessão solene para homenagear as principais lideranças da cidade.

Só quero lembrar, Deputada Eurides Brito, que a programação está disponível também no *site* da Casa [www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br).

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para não prejudicar o programa social, hoje deveríamos votar a isenção para o McDia Feliz.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, estamos apelando, desde o início, para que estejam presentes 16 Deputados em plenário. Contudo, como pelo visto não há *quorum*, solicito inserir essa votação na sessão de amanhã, em Planaltina — não é possível que não haja *quorum* lá.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há mais de 16 Deputados presentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	23

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Eurides Brito, se não for possível aqui, apreciaremos a matéria em Planaltina, mas terá que ser apresentada uma emenda para que seja possível retroagir, já que o McDia Feliz é hoje. A mensagem foi encaminhada para ser votada antes do dia. Se votarmos depois, é preciso que o efeito retroativo seja assegurado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Isso V.Exa. saberá conduzir da melhor maneira possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Apenas quero pedir à equipe da Assessoria de Governo que também nos ajude a preparar a emenda. Vamos fazer todo o esforço para que a votação aconteça ainda no dia de hoje. Então, comunico que a programação será a seguinte:

- Dia 26, amanhã, às 18h30, sessão solene para fazer as homenagens.

- Dia 27, quinta-feira, às 10h30, reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; às 15h, mesa de negociação para a qual convidaremos representantes do Governo para discutir os assuntos pautados na quarta-feira; ou seja, na quarta-feira se apresentam os problemas e na quinta-feira se abre a rodada de negociação com o Governo.

- Dia 28, às 10h, teatro; às 15h, *show* da Câmara Cultural com apresentação de artistas da cidade.

Então, essa é a programação para esta semana. Aproveito para informar a todos os Srs. e Sras. Deputados que já está em circulação a primeira edição desta gestão do *Jornal Distrital*. Como é o primeiro exemplar, gostaríamos de receber as críticas e sugestões dos Deputados. Esse exemplar já está sendo distribuído em toda a cidade de Planaltina. Na capa do Jornal, chama-se a população para participar da Câmara itinerante. Também são feitos comentários sobre assuntos, especialmente sobre o trabalho de todas as comissões da Casa.

Portanto, nós vamos distribuir ainda hoje aos Deputados, à imprensa e aos servidores o primeiro exemplar do *Jornal Distrital* desta nova Mesa Diretora. Queremos solicitar aos senhores que façam sugestões e críticas para fazermos ajustes num segundo exemplar.

Há 18 assinaturas de Deputados presentes. Faço um apelo aos Parlamentares para que se dirijam ao plenário da Casa a fim de que possamos votar o projeto que trata da remissão dos impostos do McDia Feliz, recursos que serão revertidos para a ABRACE, entidade que trata de crianças com câncer.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	24

(Expediente publicado no DCL nº 155 - Suplemento, de 28/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 69ª Sessão Ordinária.)

(Assume a Presidência Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nobres pares, imprensa, pessoal da galeria, eu gostaria de falar sobre a sessão itinerante da Câmara em Planaltina.

Sr. Presidente, quero salientar que tenho visto na comunidade certa alegria, ansiedade pela chegada desta Casa. Todos elogiam tal atitude e acreditam que é uma ideia extremamente salutar. Em Planaltina não tem sido diferente. A publicidade tem tido um efeito muito positivo. Portanto, temos certeza de que o evento será extremamente exitoso.

Eu quero ocupar esse meu tempo nos Comunicados de Parlamentares para falar de um tema muito específico, até porque há pouco estávamos falando de Planaltina, que na semana passada fez 150 anos. Inclusive, conto com a colaboração de diversos colegas para valorizar uma pequena comunidade que existe lá em Planaltina: a comunidade do Monjolo. É uma comunidade que precede a própria cidade de Planaltina. Estamos comemorando os 150 anos de Planaltina, mas a referida comunidade, com certeza, supera este patamar com facilidade, haja vista que ela está incluída em diversos livros de História pela passagem que houve lá, da estrada colonial do sertão, que data do século XVIII. Aquela área foi usada para escoamento da riqueza daquela região em direção à Bahia.

Pois bem, Sr. Presidente, essa comunidade centenária, que conserva ainda as suas características, é tão valiosa quanto Planaltina, que tem essa característica de manter a sua história, a sua cultura. Inclusive, lá temos casas que superam os 100 anos de idade, casas centenárias – há cerca de 60 anos, ou seja, antes da instalação de Brasília, pleiteia-se uma pavimentação do seu acesso até a comunidade do Monjolo, onde há casas de retiro, igreja e escola.

Até hoje, apesar de tudo, apesar de todo esse trabalho, de toda essa força cultural – inclusive com festas tradicionais que lá existem, como a Festa de São Sebastião –, apesar da história de se manterem lá pessoas que têm antecessores que ajudaram na Missão Cruls, haja vista a presença de um botânico francês que ficou instalado na Comunidade do Monjolo, o Sr. Gaseau, que ajudou na Missão Cruls, ou seja, ajudou na constituição da história do Distrito Federal –, apesar disso tudo, ao longo de todos esses anos, de tanta disputa, de tanta luta, o acesso ainda não foi pavimentado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	25

Dessa forma, uso o meu tempo primeiramente para saudar a luta constante dessa comunidade, que já se estende por tanto tempo, e agradeço também a colaboração de todos os Parlamentares que estão assinando uma indicação para que o Governo do Distrito Federal olhe para aquela comunidade e atenda a esse anseio de tantos anos. Todos os Parlamentares que passaram por esta Casa, hoje, Sr. Presidente, já assinaram esta indicação, e espero que amanhã, na comemoração do aniversário de Planaltina, com a presença da Câmara Legislativa na nossa cidade – se Planaltina é o berço de Brasília, talvez a comunidade do Monjolo seja a avó –, essa indicação seja aprovada e levada ao Governo do Distrito Federal, para que se faça justiça. Trata-se de um reconhecimento dessa comunidade centenária, que pede nada mais nada menos do que a pavimentação até a sua área.

Muito obrigado. Espero todos amanhã, em Planaltina, com alegria. Tenho certeza de que será uma festa muito bonita.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que estou muito gripado, mas estarei à disposição no meu gabinete. Caso ocorra votação, é só me chamar que me farei presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Registro a sua justificativa.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar, até porque o Deputado Milton Barbosa prestou homenagem ao Dia do Soldado, e todos são soldados, do soldado até o general.

Mas não venho aqui para comemorar o Dia do Soldado, pelo contrário, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal não têm nada a comemorar, mas a lamentar. Tanto que hoje não houve expediente em nenhuma das corporações e nenhum tipo de atividade. As promoções foram publicadas, mas nenhuma solenidade foi marcada. Isso não é peculiar no Distrito Federal. Era evidente que isso aconteceria, Deputado Geraldo Naves. O Governador não iria se sujeitar a fazer uma solenidade com policiais e bombeiros militares para ser vaiado. Com toda certeza, era isso o que iria ocorrer. Os policiais estão totalmente desmotivados. É por isso que vemos, no dia a dia, a violência aumentar no Distrito Federal. Estão desmotivados por causa da implementação dos postos policiais, que não fornecem segurança à sociedade, mas uma falsa sensação de segurança. Os índices de violência demonstram isso, sejam de homicídio ou de latrocínio. O anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicado nesta semana demonstrou isso. Há todos os tipos de violência, e Brasília cresceu 8,9% nesses índices, com todos os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	26

recursos investidos pelo Governo Federal, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Então, não temos nada a comemorar.

A Câmara Legislativa, no ano passado, em 2008, fez o dever de casa, aprovando os projetos de lei referentes a questões habitacionais, aos lotes de beco do Gama, de Ceilândia, de Taguatinga e de Planaltina. Mas o Governo, mais uma vez, na forma incompetente de gerir o Distrito Federal, não conseguiu viabilizar, por meio da CODHAB, a entrega desses lotes aos policiais e bombeiros militares – incompetência do Governo ou, no mínimo, intenção de mudar a forma correta e lícita de entregar os lotes. Temos visto – isto tem, inclusive, saído nos meios de comunicação – políticos colocando cabos eleitorais dentro dos quartéis da PM e do Corpo de Bombeiros para indicar as pessoas que vão receber as suas moradias, sem terem, inclusive, pontuação suficiente na CODHAB.

Por isso apresentei um requerimento, Deputado Brunelli, que convoca o Secretário de Educação, o Deputado Paulo Roriz, para nos explicar essa situação. A entrega no mês de julho, quando a Câmara Legislativa estava em recesso, de mais de 20 lotes em Planaltina não foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal. E recebemos denúncias – o Ministério Público está apurando isto – de que Parlamentares colocaram cabos eleitorais nos quartéis para indicarem quem vai receber os lotes.

É importante, então, que o Secretário venha aqui para que isso seja esclarecido; para que o Governador possa ter a coragem de ir aos quartéis da PM e do Corpo de Bombeiros e olhar nos olhos dos policiais e dos bombeiros que dão a vida para salvar a sociedade. Aqueles profissionais não receberam nenhum centavo de reajuste. Por mais que o Governador fique alardeando a sua amizade com o Presidente Lula... E não saiu por medida provisória, mas por projeto de lei. Tenho certeza de que o Governador foi quem pediu isso ao Presidente Lula – ele tem as suas intenções político-eleitoreiras –, senão teria saído como medida provisória. Ele tem que ir até os policiais e bombeiros para se redimir e, assim, cumprir com o seu dever de casa. Isso precisa ocorrer para que esses profissionais possam novamente ficar motivados, dar segurança à sociedade e, no próximo dia 25 de agosto, Dia do Soldado, terem o que comemorar. Hoje, não temos nada a comemorar. Tanto não temos, que no dia 2 de setembro, às 10 horas da manhã, faremos uma assembleia em frente ao Congresso Nacional, onde o nosso projeto de lei tramita. Todos os policiais e bombeiros estão convocados para isso. Se essa questão não se resolver lá, iremos para cima do Governo do Distrito Federal. Até porque o Governador, Deputado Wilson Lima, deveria olhar com respeito os policiais e bombeiros militares, que tanto fazem pela comunidade. O Governo não deve tratar a perda de vidas como um número estatístico. Não se trata de uma morte por gripe; não se trata de 5 ou 10 mortes por homicídio, no final de semana. É importante que o Governador olhe que cada vida que se perde no DF tem a sua importância. Esperamos que o Distrito Federal, Deputada Erika Kokay, não continue saindo no anuário do Fórum Brasileiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	27

de Segurança Pública como uma das unidades da Federação onde mais cresce a violência.

Começará na quinta-feira desta semana, dia 27 de agosto, a CONSEG – Conferência Nacional de Segurança Pública, em que ditaremos os rumos e as diretrizes objetivas da segurança de todo o País. Quem sabe, com a participação da sociedade e desses profissionais de segurança, o Distrito Federal possa corrigir o seu rumo e o Governador Arruda possa deixar de priorizar as 1.700 obras e passar a priorizar, como prometeu na campanha, a vida dos cidadãos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Cabo Patrício. É impossível pensar em segurança pública eficiente se não tivermos a nossa Polícia Militar e o nosso Corpo de Bombeiros absolutamente valorizados.

Lembro que a proposta foi aceita pela Corporação para que se evitasse um movimento mais incisivo. Ali havia a questão do plano habitacional, a reforma dos quartéis – é um absurdo que o Governo do Distrito Federal forneça aos policiais e bombeiros militares aquelas instalações como estão. Isso significa a exata dimensão da valorização que o Governo do Distrito Federal estabelece para aqueles profissionais que fazem da sua própria vida escudo, que não têm jornada de trabalho – pois, uma vez policial ou bombeiro, em qualquer circunstância, brota essa condição pelo compromisso que se tem com a sociedade. São pessoas que arriscam, todos os dias, a própria vida em defesa da vida da sociedade de Brasília.

Houve compromissos firmados; inclusive, o Governador do Distrito Federal assegurou que iria, por medida provisória, reestruturar o setor, mas essa reestruturação ocorreu por meio de projeto de lei. Iremos agora envidar todos os esforços para que a Câmara dos Deputados aprove o requerimento de urgência e faça justiça aos policiais e bombeiros militares, que não estão tendo o mesmo tratamento que teve a Polícia Civil, que também merece o nosso respeito. No mínimo, deveriam ser tratados com isonomia de condições aqueles que cuidam da nossa segurança: a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e, da mesma forma, a Polícia Civil. É fundamental que nós, que nos preocupamos com a segurança no Distrito Federal, entendamos que segurança se faz com medidas concretas e com a valorização dos nossos profissionais.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, digo que existe uma comunidade absolutamente abandonada pelo Poder Executivo. Há algum tempo, eu disse que não havia sido cumprido o compromisso feito pela Secretaria de Agricultura com as famílias que foram removidas da Estrutural para a área do Monjolo, situada no Recanto das Emas. Todos nós lembramos que houve o compromisso de que aquela comunidade iria ser removida, mas teria casa, água e luz. Ora, elas foram removidas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	28

para uma área, e parte dela é Área de Proteção Permanente. A construção das casas foi embargada, e hoje eu digo: que bom que foi embargada! Pois, com as chuvas que acometeram a cidade, as casas em construção viraram farinha.

Eu quero falar sobre o sofrimento dessa população. Essa população está há quase 1 ano com banheiro químico. Há várias crianças do sexo feminino com infecção urinária, e saem escorpiões e outros bichos de dentro do banheiro químico, que literalmente voou com a chuva do último final de semana. As crianças ficaram em contato com detritos, fezes, pois os banheiros químicos voaram. As casas que estavam em construção e foram embargadas por problemas ambientais viraram farinha. A água chegou até quase 1 metro de altura nos barracos e casas improvisados. As crianças perderam seu material escolar. Várias famílias estão ao relento, em que pese ter havido o compromisso de que elas teriam água, luz e casas já construídas. Em vez disso, elas foram para tendas. A Secretaria de Desenvolvimento Social disse que estava fornecendo madeirite às famílias, mas isso não é verdade. Ela forneceu apenas telhas. Agora, Sr. Presidente, parece-me que telhas não se sustentam no ar. Elas precisam de uma armação, porque não se sustentam sozinhas. Os barracos foram para o chão. A comunidade perdeu eletrodomésticos, e as crianças perderam o material escolar.

É preciso abrigar essas famílias, o mais urgente possível, em um local minimamente seguro para enfrentar as chuvas. Temos, sim, de convocar o Secretário de Habitação, como sugerido pelo Deputado Cabo Patrício, mas urge que convoquemos o Secretário de Agricultura, porque ele colocou parte da comunidade em Área de Proteção Ambiental. Essa comunidade, até hoje, está em condições subumanas de sobrevivência. Na primeira chuva que esta cidade sofreu, ficou mais desprotegida.

Portanto, estou apresentando ainda hoje um requerimento para convocar os Secretários de Habitação e da Agricultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste meu comunicado, quero fazer uma homenagem a todos os policiais militares de todas as instituições. Hoje é o Dia do Soldado. Não podemos nos esquecer do Exército, da Aeronáutica, da Marinha e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. O Deputado Cabo Patrício falou apenas da Polícia Militar. Temos de falar de todos.

Hoje, pela manhã, em meu programa, fiz uma homenagem a todos os soldados. Quero deixar registrado o meu respeito à Força Militar. Aqui na Câmara Legislativa e fora dela continuaremos lutando para melhoria dessa categoria que vive sempre lutando por pequenas coisas. O pedido da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é pequeno. O salário do Exército é baixo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	29

Ninguém vê isso. O Exército está sendo jogado às traças. Depois o que vão cobrar do Exército? Nada! Onde estão os militares para chegar aqui com projetos? Eles dependem da esfera federal. No Governo do Partido dos Trabalhadores, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram pisoteados. Cobrar o quê? Antigamente – eu lembro –, o Exército tinha o avanço na área da engenharia. Era uma maravilha. Em termos de comunicação, era um avanço. Na engenharia de estradas e de rodagens e na engenharia de telecomunicações, o Exército era um brilhante sucesso. O Brasil deve muito ao Exército nessas duas áreas. Ninguém pode retirar isso. Mas não há reconhecimento nenhum. Só há críticas. Qualquer um que fala sobre o Exército é pisoteado. Eu vivi durante o regime militar, servi o Exército, e foi um dos melhores momentos de minha vida, uma das melhores experiências que tive. Fui um soldado e saí com diploma de honra por bom comportamento. Orgulho-me disso. Servi no 36º Batalhão de Infantaria de Uberlândia. Era infantaria, mas, naquela época, servia-se o Exército. Hoje existe um número resumido de soldadinhos. É muito pouco. Então, como exigir um patrulhamento de nossas fronteiras, se um coronel vai comandar sua base, mas é obrigado a ficar no silêncio? Não pode nem dizer que faltam recursos. Os equipamentos são todos sucateados. Comunicação, zero. Salário, zero. Vira e mexe, temos notícia de que um soldado dessas áreas cometeu um delito, um crime. Por que será? Será que ele é bem remunerado? Será que ele está tendo um bom atendimento? Será que o Exército está tendo o respeito que merece dos governantes? Ou será que o verde-oliva perdeu a sua pompa, ou fizeram afastar? Lembrem-se de que esses homens são formados, são técnicos, são especialistas em todas as áreas. O Exército é uma Força do Brasil e merece respeito. Hoje, no Dia do Soldado, eu faço a minha homenagem silenciosa, mas de coração, como brasileiro, como aquele que ama a pátria em que vive. Eu amo o meu Brasil e vou continuar amando. Não é balela, não é gogó, não é nada... É verdadeiramente Brasil. E o Exército e o soldado brasileiro, de qualquer instituição, merecem o nosso respeito. Portanto, sinceramente, parabéns! Ao soldado brasileiro os meus respeitos, carinhosamente, pelo Dia do Soldado. Eu não vi nenhuma homenagem sincera a nenhum soldado do Brasil, a não ser a nossa da Câmara Legislativa do Distrito Federal. E é com pesar que digo isso.

Muito obrigado a todos.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar toda razão ao Deputado Geraldo Naves. Tenho certeza de que a Câmara Legislativa dá um grande exemplo em homenagear aquele que fez da vida militar a nossa defesa. E, restrito a Brasília, as corporações que aqui estão, as 3 Forças da Nação, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, em boa hora lembrados por todos nós, que merecem todo nosso apoio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	30

Vou ousar discordar do Deputado ex-Cabo Patrício, que hoje é o Vice-Presidente da Câmara Legislativa, porque quando ele era Deputado Cabo Patrício, nós conseguíamos falar com ele. Hoje, não falamos mais. Mas as corporações Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar têm que comemorar, sim, Deputado Cabo Patrício, não pela razão que V.Exa. citou; têm que comemorar porque são instituições que podem se orgulhar de seus integrantes, de seus soldados, de seus militares.

Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, parabenizar todos os militares pelo seu dia, o Dia do Soldado. Votaremos o projeto do McDia Feliz.

Muito obrigado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, além do projeto que trata do McDia Feliz, eu queria solicitar a V.Exa. a inclusão da complementação do projeto das igrejas que eu fiquei devendo e que tem sido cobrada aqui. Já entrou na Casa, há um consenso, está na pauta – item nº 12 – e precisa também de 16 votos.

V.Exa. se lembra de que, quando votamos o projeto das igrejas, alguns endereços faltaram ser corrigidos e umas 4 ou 5 instituições, inclusive o campanário da igreja do Paranoá, que o Deputado Paulo Tadeu advertiu que não tinha entrado.

Faço um apelo para que os colegas não apresentem emendas para não sairmos da linha do combinado naquela votação, até porque eu presenciei a TERRACAP entregar, ontem, à Secretaria de Governo – o Governo entregou – os novos pedidos de regularização de templos para que a Secretaria de Governo faça a mensagem e a envie a esta Casa. Eu não gostaria que emendas, apesar de serem um direito, fossem aqui analisadas sem terem passado pela TERRACAP. No item nº 12, seriam analisadas apenas aquelas que restaram da votação anterior. Está certo?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está certo, Deputada. O projeto encontra-se com o Deputado Brunelli.

Solicito aos Deputados que estão na Casa que compareçam ao plenário.

Há *quorum* regimental.

Item nº 47:

Apreciação, em turno único, em regime de urgência, do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ao Processo nº 51, de 2009, originado da Mensagem nº 213, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “solicita a homologação do convênio de ICMS 60, de 2009, de 3 de julho de 2009, publicado no DOU de 28/07/09”, transformado no Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2009, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	31

convênio de ICMS 60, de 2009, de 3 de julho de 2009, publicado no DOU de 28/07/09”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, avoco relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Processo nº 51, de 2009, originado da Mensagem nº 213, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “solicita a homologação do convênio de ICMS 60, de 2009, de 3 de julho de 2009, publicado no DOU de 28/07/09”, transformado no Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2009, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o convênio de ICMS 60, de 2009, de 3 de julho de 2009, publicado no DOU de 28/07/09”.

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2009.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2009, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o convênio de ICMS 60/09, de 3 de julho de 2009”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Rogério Ulysses, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, avoco a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2009, que “homologa o convênio de ICMS 60/09, de 3 de julho de 2009”.

É de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não havendo, portanto, qualquer vício de constitucionalidade.

Trata-se do evento McDia Feliz.

Nós somos pela sua admissibilidade, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	33



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 25/08/2009

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO

EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_

CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 362/09

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): CEOF

Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	19			05	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. BISPO RENATO

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ Nº /
		FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado, em turno único.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2009, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o convênio de ICMS 60/09, de 3 de julho de 2009”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 155 - Suplemento, de 28/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 69ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a apreciação dos itens nºs 40 e 41 da pauta, de minha autoria, e dos PDLs nºs 158, de 2008; 160, de 2008; 161, de 2008 e 162, de 2008. Todos já passaram pela comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	35

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico ao Plenário que a Ordem do dia de amanhã é a mesma de hoje, acrescida das indicações de todos os Deputados referentes à Região Administrativa de Planaltina.

Se algum Deputado quiser incluir algum projeto na Ordem do Dia de amanhã, comunique à Assessoria de Plenário até as 19 horas de hoje.

Eu já quero solicitar a V.Exa., Sr. Presidente, que encaminhe à Assessoria de Plenário a inclusão na Ordem do Dia de amanhã do Projeto da Assistência Técnica Gratuita, de minha autoria, do Deputado Rôney Nemer e de vários Deputados que compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia e da Arquitetura, para que seja apreciado na cidade de Planaltina.

Esses eram os encaminhamentos que eu gostaria de fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Consulto os Líderes quanto à possibilidade de votarmos o crédito suplementar de 8 milhões. Ele tem um grande volume de emendas, quase todas de interesse da Casa e dos Parlamentares, que poderão modificar as suas rubricas. (Pausa.)

Vamos tentar votá-lo amanhã.

Peço à assessoria da Deputada Erika Kokay que aprecie as emendas a fim de verificar o que é consenso para que possamos apreciá-lo amanhã.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.739, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “requer a realização de audiência pública para debater os preços praticados pela TERRACAP em relação aos lotes nos condomínios do Jardim Botânico”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	36

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos distribuindo o primeiro exemplar, lembrando também que, durante a gestão do Deputado Benício Tavares, havia também o *Jornal Distrital*. Então, buscamos alguns exemplares que rodaram naquela oportunidade e seguimos, Deputado Benício Tavares, dentro de uma linha que pudesse também priorizar a entrega do jornal no evento *A Câmara Mais Perto de Você*. Então, queremos receber as críticas e as sugestões para que possamos aprimorar o exemplar nº 02.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo na Ordem do Dia as Moções nºs 432 e 433, de 2009.

Item nº 35:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2004, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Dra. Maria Jacira Leite de Abrantes”.

Item nº 36:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Sebastião Aparecido Donizete Guerra”.

Item nº 37:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Eduardo Augusto Lopes”.

Item nº 38:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Henrique Félix Matos”.

Item nº 39:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Padre Lindomar Lopes da Silva”.

Item nº 40:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Alessandro Carregari Copalbo”.

Item nº 41:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	37

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Euclides Gonzaga Ferreira".

Item nº 42:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.616, de 2009, de autoria do Deputado Chico Leite, que "requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.104, de 2004".

Item nº 43:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu e outros, que "requer a criação de uma Comissão Especial da Juventude".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Antonio Carlos de Araújo".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Raimundo Nonato Serafim".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a Sra. Maria Eleozina Martins".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Luiz Gonzaga Pinheiro".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 432, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, a pessoa que menciona".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 433, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Gama, as pessoas que menciona".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	38

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 295.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Padre Lindomar Lopes da Silva”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela admissibilidade do projeto, uma vez que não há óbice à sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 302, de 2009; 203, de 2008; 298, de 2009 e 295, de 2009.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Sebastião Aparecido Donizete Guerra”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Eduardo Augusto Lopes”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Henrique Félix Matos”; e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Padre Lindomar Lopes da Silva”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	39

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade dos projetos lidos pelo Deputado Bispo Renato, que carecem de parecer da CCJ.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão, em turno único, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 345, de 2004; 302, de 2009; 203, de 2008; 298, de 2009; 295, de 2009; 155, de 2008; 156, de 2008; 158, de 2008; 160, de 2008; 161, de 2008 e 162, de 2008; as Moções nºs 433, de 2009 e 432, de 2009; os Requerimentos nºs 1.616, de 2009 e 1.633, de 2009.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria apenas de registrar o meu voto contrário às proposições. Desde que cheguei a esta Casa, sou contrário à concessão de Título de Cidadão Honorário de Brasília, porque penso que essa não deveria ser uma das atribuições da Câmara Legislativa, que, em minha opinião, deveriam ser legislar e fiscalizar o gasto do dinheiro público pelo Poder Executivo. Por ser contra a concessão de Título de Cidadão Honorário, que, em minha opinião, em nada melhora a vida da população, meu voto é contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as matérias permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As matérias estão aprovadas com a presença de 18 Deputados. Houve um voto contrário do Deputado Reguffe.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

Passa-se à imediata apreciação das matérias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	40

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2004, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Dra. Maria Jacira Leite de Abrantes".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Sebastião Aparecido Donizete Guerra".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Eduardo Augusto Lopes".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Henrique Félix Matos".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Padre Lindomar Lopes da Silva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Alessandro Carregari Copalbo".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Euclides Gonzaga Ferreira".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Antônio Carlos de Araújo".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Raimundo Nonato Serafim".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a Sra. Maria Eleozina Martins".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Luiz Gonzaga Pinheiro".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensadas as votações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	41

Aos projetos vão à promulgação.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a inclusão de unidades imobiliárias da política pública de regularização urbanística e fundiária das áreas ocupadas por entidades religiosas e qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a inclusão de unidades imobiliárias da política pública de regularização urbanística e fundiária das áreas ocupadas por entidades religiosas e qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.

Somos pela aprovação, na forma do substitutivo do Relator.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a inclusão de unidades imobiliárias da política pública de regularização urbanística e fundiária das áreas ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	42

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o que estamos votando no PLC nº 128 é a complementação do que foi aqui acertado quando aprovamos, no primeiro semestre, o projeto de venda de terrenos às igrejas e às entidades de assistência social. Verificamos que, no projeto final, conforme estava no relato, haviam sido omitidas algumas instituições que estavam presentes em todas as relações que tinham passado por vistoria e sido aprovadas. Não deve se confundir, portanto, com o projeto do Governo que entrará em breve nesta Casa. Na próxima semana, o Governo dará entrada aqui nos que estão agora na TERRACAP. Esse é apenas complementação do projeto anterior.

Portanto, somos pela aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Deputada Eurides Brito, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças aprovou o parecer na forma do substitutivo?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sim, Sr. Presidente. Na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Para ficar claro, o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi aprovado com a presença de 16 Parlamentares, na forma do substitutivo.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a inclusão de unidades imobiliárias da política pública de regularização urbanística e fundiária das áreas ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade do projeto, na forma do substitutivo.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	43

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	44



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEOP  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 128/09  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	17	01		06	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. BISPO RENATO

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/PC Nº 128/09

FOLHA Nº 44 de 45



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25   08   2009	15h45min	69ª Sessão Ordinária	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o meu voto contrário a este projeto, por coerência, da mesma forma como votei os outros projetos.

Eu sou católico praticante, vou à missa todos os domingos e tenho orgulho disso, mas, por uma questão de coerência, sempre votei contra a legalização de invasões de área pública. Reconheço que há casos e casos e que é importante o trabalho social feito por diversas igrejas. Mas, por princípio, sou contra a legalização de invasões de área pública, mesmo que seja para igreja. Por isso, o meu voto contrário a esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência encerrará a sessão, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para a votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009, bem como de qualquer outro item já acordado.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fossem incluídos na Ordem do Dia os PDLs nºs 212, de 2008; 288, de 2009; 279, de 2009; e 254, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h07min.)